



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7921

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 23/11/2010

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 125/2010. Altera Lei Municipal nº 3.995, de 16/07/2008, que dispõe sobre a implantação e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS e institui o seu Conselho e seu Fundo). (Referente à Lei nº 4.300, de 28/12/2010).

**Controle Interno – Caixa:** 16.4

**Posição:** 16

**Número de folhas:** 19

---

Espécie: PL  
Categoria: Modificação  
Cl: 16.4  
Ordem: 16  
nº fls: 17



110/2010

27.12.2010

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 125/2010

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal nº 3.995, de 16 de julho de 2008. (Dispõe sobre a Implantação e Execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e institui o seu Conselho e seu Fundo.

Entrada em 23/11/2010

Comissão de Legislação e Justiça.

MOVIMENTO

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGENCIA
- 2 EM 27.12.2010, SALVO EMEN
- 3 - RR
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

PROJETO LEI Nº **125**  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.

ALTERA LEI Nº 3.995, DE 16 DE JULHO DE 2008.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Os artigos 21 e 33 da Lei Municipal nº 3.995, de 16 de julho de 2008, que “Dispõe sobre a implantação e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, institui o Conselho Municipal de Habitação - CMH e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 21** - O Conselho Municipal de Habitação será composto por 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil assim discriminados:

**I - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo, sendo:**

- a) 01 (um) representante da Diretoria de Habitação Popular;
- b) 01 (um) representante da Secretaria de Políticas Sociais;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento;
- d) 01 (um) representante da Secretaria de Infra-estrutura e Política Urbana;
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Fazenda;

**II - 01 (um) representante do Poder Legislativo, indicado pela Câmara Municipal;**

**III - 01 (um) membro representante da sociedade civil escolhidos pelo Poder Executivo em lista tríplice apresentada por entidade de profissionais liberais relacionada com o setor.**

**IV - 04 (quatro) representantes de entidades populares, sendo:**

- a) 01 (um) representante de entidades gerais do Movimento Popular Por Moradia;
- b) 01 (um) representante de Central Sindical ou de Sindicato de Trabalhadores;
- c) 01 (um) representante da Associação para Desenvolvimento do Bairro Jardim Primavera;
- d) 01 (um) representante da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Major Prates;





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

§1º - ....

§2º - ...

**Art. 33** – O Conselho Municipal de Habitação Popular é o órgão encarregado pela gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.”

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 22 de novembro de 2010

  
**Luiz Tadeu Leite**  
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 23 DE NOVEABRO DE 2010  
Joaquim  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGENCIA  
EM 27 DE DEZEMBRO DE 2010  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 125/2010 QUE “ Altera a Lei nº 3.995, de 16 de julho de 2008.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento altera a Lei 3.995/08 que "dispõe sobre a implantação e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, institui o Conselho Municipal de Habitação - CMH e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências".


A criação de Conselhos Municipais, nos termos do art. 51, inc. III, da LOM, é de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou seja, do Executivo, portanto a sua alteração também é de iniciativa do mesmo Executivo, assim como políticas públicas municipais.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto ou mesmo em seu objetivo.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal e constitucional, e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 24 de novembro de 2010.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 125/2010**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera a Lei 3.995, de 16 de julho de 2008.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/11/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 26/11/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo alterar os arts. 21 e 33 da Lei Municipal 3.995, de 16 de julho de 2008, que “Dispõe sobre implantação e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, institui o Conselho Municipal de Habitação – CMH e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e dá Outras Providências”.

Nos termos do art. 86 da Lei Orgânica Municipal, é competência do Poder Executivo criar Conselhos Municipais, meios de funcionamento, atribuições, organização, composição, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato.

Desta forma, verifica-se que o referido projeto não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2010.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_



# Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 125/2010 que  
Altera a Lei 3.995, de 16 de julho de 2008.

EMENDA UM - Altera o art. 1º que modifica a redação do art. 21 da referida lei que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Art. 21 - (...)

I - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo, sendo:

- a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sendo 01 (um) membro representante da Diretoria de Habitação Popular;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda.

II (...)

III (...)

IV - 04 (quatro) representantes de entidades populares, sendo:

- a) 01 (um) representante de entidades gerais do Movimento Popular Pró- Moradia;
- b) 01 (um) representante de Central Sindical ou de Sindicato de Trabalhadores;
- c) 02 (dois) representantes de Associações de Moradores de Bairro.

Sala das sessões, 13 de dezembro de 2010.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
14/12/2010	
HORA: 8:50H	
ASS: [assinatura]	





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI 125/2010 “Que Altera a Lei Municipal nº 3.995, de 16 de julho de 2008.”, de autoria do Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus.**

Emenda enviada à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A Emenda em comento tem por escopo alterar a representação no Conselho Municipal de Habitação.

Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda, razão pela qual somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 15 de dezembro de 2010.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 125/2010**

**AUTOR: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus (Claudim da Prefeitura)**

**MATÉRIA: Altera a Lei 3.995, de 16 de julho de 2010.**

**EMENDA UM** – A presente Emenda tem como objetivo alterar o art. 1º do PL nº 125, que modifica a redação do art. 21 da Lei 3.995/2010, atualizando os nomes de Secretarias Municipais e promovendo a ampliação da representatividade do Conselho Municipal de Habitação, a saber: Alínea “a” atualiza o nome da “Secretaria Municipal de Políticas Sociais” para “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social”, incluindo o representante da Diretoria de Habitação Popular, tendo em vista que esta faz parte da estrutura da referida Secretaria., fundindo as alíneas “a” e “b” e renomeando as demais.

Na alínea “b” substitui o nome da “Secretaria Municipal de Planejamento”, para “Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação”.

Na alínea “c” substitui o nome da “Secretaria de Infra- Estrutura e Política Urbana” para “Secretaria Municipal de Serviços Urbanos”.

No inciso IV, alínea “c” ocorreu a fusão das alíneas “c” e “d”, ao invés de 01 (um ) representante da Associação para Desenvolvimento do Bairro um do Jardim Primavera e outro do Bairro Major Prates, passou-se para “02(dois) representantes de Associações de Moradores de Bairro”. Emenda legal e constitucional.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_

Suplente do Relator: Ver. João de Deus Pereira Gusmão: \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**

**PROCURADORIA GERAL**

**LEI N.º 3995, DE 16 DE JULHO DE 2.008**

**DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH E O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

**CAPÍTULO I**

**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

**Seção I**

**Disposições Gerais**

**Art. 1º.** A Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS tem como princípio a atenção preferencial para a população em situação de vulnerabilidade social.

**Art. 2º.** A PMHIS se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado e sustentável, onde a habitação não se restringe a casa, mas incorpora também o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidadania.

**Art. 3º.** Na interpretação desta Lei levar-se-ão em consideração os fins a que ela se destina, as exigências do bem comum, os direitos e deveres coletivos e individuais, no sentido de resguardar o cidadão carente do desabrigo, do abandono, da insegurança, da indigência e da promiscuidade.

**Art. 4º.** Fazem parte da Política Municipal de Habitação de Interesse Social:

I - A Secretaria Municipal de Políticas Sociais, através da Diretoria de Habitação Popular;

II - O Conselho Municipal de Habitação-CMH;

III - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Seção II**

**Dos objetivos**

**Art. 5º.** A PMHIS se propõe a adotar medidas políticas, legais e administrativas capazes de tornarem efetivo o exercício do direito social à moradia por todo cidadão, preferencialmente o de menor renda, tem entre seus principais objetivos:

I -universalizar o acesso à terra e a moradia digna para os habitantes do Município;

II - promover a urbanização, regularização e inserção urbana de assentamentos precários;

III - priorizar formas de atuação que propiciem a geração de emprego e renda;

IV - fortalecer o papel do Município na gestão da política e na regulação dos



## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

### PROCURADORIA GERAL

agentes privados, dentro de um novo modelo com desconcentração de funções e articulação de ações, para possibilitar a participação de amplos segmentos da sociedade na sua implantação;

V - tornar a questão habitacional uma prioridade municipal;

VI - assegurar a vinculação da PMHIS com a Política Urbana;

VII - assegurar a articulação da PMHIS com outras Políticas Setoriais;

VIII - atuar de forma coordenada e em conformidade com o Plano Diretor do Município e com a Lei Orgânica Municipal.

#### Seção III

##### Da natureza e finalidade

**Art. 6º.** A Política Municipal de Habitação de Interesse Social está vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS) – Diretoria de Habitação Popular e será implantada através de duas linhas de atuação, sendo a primeira referente a assentamentos existentes e a segunda referente a novos assentamentos.

**Art. 7º.** Na linha de atuação em assentamentos existentes estão compreendidos os seguintes programas:

I - Melhorias Domiciliares;

II - Programa de Regularização Fundiária;

III - Humanização de Áreas de Interesse Social;

IV - Urbanização de Favelas;

V - Bolsa Moradia.

**Parágrafo Único.** Serão observados na linha de atuação em assentamentos existentes, a melhoria na qualidade de vida, através de ações sociais (mobilização, geração de trabalho e renda, trabalhos educativos e informativos, assembleias, reuniões, etc), aspectos físico-urbanísticos (projetos, estudos geológicos, urbanísticos, viários, sanitários, etc), engenharia pública e área jurídico-legal.

**Art. 8º.** Na linha de atuação referente a novos assentamentos estão compreendidos os seguintes programas:

I - Programa de produção de lotes urbanizados;

II - Programa de produção de unidades e conjuntos habitacionais;

III - Programa de aquisição de unidades habitacionais;

IV - PROAS – Programa de Reassentamento de Famílias.

§ 1º Os programas referidos no *caput* deste artigo atendem tanto à população a ser removida de áreas de risco, de assentamentos subnormais, de locais onde serão executadas obras públicas, quanto à população cadastrada na Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

§ 2º O programa de lotes urbanizados consiste na aquisição de gleba e na urbanização da mesma, na urbanização de terrenos pertencentes ao patrimônio do Município ou na aquisição de lotes já urbanizados.

§ 3º Os programas habitacionais referentes a novos assentamentos devem ser implantados de acordo com as seguintes diretrizes:

I- que sejam utilizados, preferencialmente, áreas inseridas na malha urbana, considerados vazios urbanos, já dotadas de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários no entorno;

II- que preferencialmente seu porte não ultrapasse as 300 unidades;



**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**  
**PROCURADORIA GERAL**

III- que sejam utilizadas, preferencialmente, áreas próximas à origem da demanda;

§ 4º No programa de aquisição de unidades habitacionais poderão ser adquiridas unidades prontas para serem usadas em programas habitacionais.

§ 5º Nos programas de “Doação de Lotes”, os beneficiários devem se comprometer a iniciar a construção de sua unidade residencial no prazo máximo de 01 (um) ano, se comprometendo ainda a ocupar o imóvel, com fins de moradia, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de doação, sob pena de, não o fazendo, o imóvel reverter ao patrimônio do Município de Montes Claros.

**Art. 9º.** Além dos programas previstos, a Política Habitacional do Município compreende também o Programa de apoio e assessoramento técnico para execução das obras, na regularização fundiária e no acompanhamento pós-ocupação.

**Parágrafo Único.** O assessoramento técnico a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser feito pela própria SMPS ou por entidades de assessoria técnica por ela credenciadas.

**Seção IV**  
**Da população beneficiária**

• **Art. 10.** Todos os programas habitacionais previstos atenderão sempre à população de menor renda, e principalmente:

I - famílias residentes em áreas sujeitas a condições de risco, tal que impeçam sua permanência nas mesmas, definidas por órgãos competentes;

II - em caso de reassentamentos necessários à execução de obras públicas;

III - demandas encaminhadas por órgãos responsáveis por programas de reintegração social, em especial aqueles destinados ao atendimento da população de rua e dos adolescentes e crianças com trajetória de rua.

• **Art. 11.** Para efeito da linha de atuação referente aos novos assentamentos serão priorizadas as famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos, efetivamente residentes no Município há mais de 5 (cinco) anos, que não tenham sido contempladas anteriormente em programa similar, e que não possuam, a qualquer título, imóvel urbano ou rural.

**Art. 12.** Os programas habitacionais previstos darão prioridade a:

I – famílias com crianças;

II - família com menor renda *per capita*;

III - famílias com maior número de dependentes;

• IV - famílias que tenham membros com idade acima de 60 anos e/ou portadores de deficiência;

V - às condições de habitabilidade: cedida, coabitada, em condições precárias;

VI - tempo de residência no município, priorizando famílias que residam no município há mais tempo;

§ 1º Os programas habitacionais do Município, respeitando os critérios do artigo 9º, deverão observar a reserva legal para idosos e portadores de deficiência.

• § 2º A SMPS estabelecerá os critérios para seleção dos beneficiários de acordo com o programa habitacional, mediante instrução, e dar publicidade à lista de selecionados.

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**  
**PROCURADORIA GERAL**

**Art. 13.** Não farão *jus* aos benefícios desta Lei as famílias que tenham ocupado, temporária ou permanentemente, qualquer área, loteada ou não, de domínio público ou particular, a partir da promulgação desta Lei, e que, notificada por órgão da administração, oponha-se à desocupação.

**\*Seção V**  
**Dos benefícios**

**Art. 14.** A Política Municipal de Habitação de Interesse Social abrangerá os seguintes benefícios:

- I- urbanização;
- II- remoção;
- III- regularização;
- VI- loteamento;
- \*VII- unidades e conjuntos habitacionais;
- VIII- reforma e melhoria da moradia;
- IX- organização do trabalho;
- X- Bolsa Moradia (PROAS);
- XI- assentamentos e alocação de recursos para o setor.

**Art. 15.** A titulação definitiva ao beneficiário desta Lei só será outorgada após total quitação de débitos referentes a tributos de competência do Município, se houver.

**\*§ 1º** Os imóveis doados pelo Município somente poderão ser alienados após decorrido o prazo mínimo de 05 (cinco) anos contados da sua efetiva e comprovada ocupação pelo respectivo donatário ou sua família, conforme Artigo 108 da Lei Orgânica Municipal.

**§ 2º** A titulação do imóvel doado, preferencialmente, deverá ser outorgada em nome dos filhos menores, com usufruto para os pais, ou, não havendo filhos, em nome da mulher, sendo indiferente o tipo de união do casal e o regime de comunhão de bens.

**§ 3º** O imóvel doado reverterá automaticamente ao patrimônio do Município de Montes Claros nos seguintes casos:

- I - da família beneficiária não iniciar a construção de sua unidade residencial no prazo máximo de 01 (um) ano, e ocupar o imóvel, com fins de moradia, no prazo máximo de 3 (três) anos, a partir da doação, conforme estipulado no § 5º o art. 8º desta lei;
- II - de locação, cessão, doação ou venda do imóvel;
- III - de utilização do imóvel para outros fins, que não os de moradia.

**\*Seção VI**  
**Dos cadastros**

**Art. 16.** A Secretaria Municipal de Políticas Sociais, através da Diretoria de Habitação Popular, manterá cadastro de todos os beneficiários a fim de impedir a duplicidade de benefícios.

**Art. 17.** Os imóveis doados e revertidos ao Município de Montes Claros devido ao descumprimento das condições legais, deverão compor um cadastro específico a fim de atender outros beneficiários habilitados.



**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**  
**PROCURADORIA GERAL**

**CAPÍTULO II**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH**

**Art. 18.** Fica instituído o Conselho Municipal de Habitação - CMH, vinculado ao Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

**Parágrafo Único.** O Conselho Municipal de Habitação - CMH é órgão colegiado, autônomo, com caráter deliberativo acerca das políticas, planos e programas para produção de moradia e de curadoria dos recursos a serem aplicados.

**Art. 19.** Compete ao Conselho Municipal de Habitação – CMH:

I - analisar, discutir e aprovar:

a) os objetivos, as diretrizes e o estabelecimento de prioridades da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;

b) a Política de Captação e Aplicação de Recursos para a produção de moradia;

c) a liberação de recursos para os programas decorrentes da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos e a execução dos programas, projetos e ações, cabendo-lhe a suspensão de desembolsos caso constatadas irregularidades;

III - propor reformulação ou revisão de Planos e programas à luz de avaliações periódicas;

IV- analisar e aprovar, anualmente, relatórios contábeis referentes à aplicação dos recursos para a Habitação no Município, especialmente aqueles referentes ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

**Art. 20.** Além de outras atribuições definidas em lei, compete à Diretoria de Habitação Popular, sem prejuízo da iniciativa dos membros do CMH:

I- elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Habitação:

a) a Política Municipal de Habitação e a Política de Captação e Aplicação de Recursos, contendo objetivos, diretrizes e prioridades das ações municipais para o setor;

b) relatórios trimestrais de atividades e financeiros;

II- gerir os recursos destinados à habitação, inclusive aqueles constantes do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

III – Gerir os programas municipais relacionados à Habitação de Interesse Social e submetê-los à aprovação do Conselho Municipal de Habitação;

IV- propor critérios de credenciamento e de remuneração dos Agentes de Execução e dos Agentes de Assessoria Técnica;

V- realizar a movimentação financeira dos recursos destinados à habitação.

**Art. 21.** O Conselho Municipal de Habitação será composto por 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil assim discriminados:

I - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo, sendo:

a) 01 (um) representante da Diretoria de Habitação Popular;

b) 01 (um) representante da Secretaria de Políticas Sociais;

c) 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento;

d) 01 (um) representante da Secretaria de Infra-estrutura e Política Urbana;

## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

### PROCURADORIA GERAL

- e) 01 (um) representante da Secretaria de Fazenda;
- II - 01 (um) representante do Poder Legislativo, indicado pela Câmara Municipal;
- III - 01 (um) membro representante da sociedade civil escolhidos pelo Poder Executivo em lista triplíce apresentada por entidade de profissionais liberais relacionada com o setor.
- IV - 02 (dois) representantes de entidades populares, sendo:
- a) 1 (um) representante de entidades gerais do Movimento Popular Por Moradia;
- b) 1 (um) representante de Central Sindical ou de Sindicato de Trabalhadores;
- V - 02 (dois) representantes de entidades vinculadas à produção de moradia, sendo:
- a) 1 (um) representante de entidade empresarial;
- b) 1 (um) representante de entidade de ensino superior;

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros do CMH exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

**Art. 22.** Os membros representantes da sociedade civil serão eleitos por seus pares, em Plenária Aberta específica para esse fim, convocada pelo Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 23.** Nas Plenárias Abertas para eleição de membros da sociedade civil poderão votar e indicar candidatos as Associações, Movimentos Populares, Sindicatos, Entidades Patronais e de Profissionais Liberais devidamente cadastradas na Diretoria de Habitação Popular da Secretaria de Políticas Sociais.

**Art. 24.** As entidades mencionadas no artigo anterior serão cadastradas por categoria, sendo exigidas, no ato do cadastramento:

- I - cópia autenticada dos Estatutos;
- II - cópia do Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento, que comprove ser a entidade sediada no Município com inscrição há, no mínimo 1 (um) ano;
- III - assinatura de seu representante legal ou pessoa devidamente habilitada a representá-lo.

**Art. 25.** Serão eleitas nas Plenárias Abertas os candidatos indicados pelas Associações, Movimentos, Sindicatos e Entidades mais votados por categoria, sendo observada a ordem decrescente da quantidade de votos para preenchimento do quadro de suplência.

**Art. 26.** O CMH será presidido pelo Diretor de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

**Art. 27.** O CMH reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma que dispuser seu Regimento Interno.

**Parágrafo Único.** As reuniões ordinárias do CMH serão convocadas por escrito, com antecedência mínima de três dias.



## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

### PROCURADORIA GERAL

**Art. 28.** O Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação deverá conter, no mínimo:

- I- a forma de convocação das reuniões extraordinárias;
- II- quórum de instalação das reuniões e de votação;
- III- forma de convocação e quórum de votação nas Plenárias Abertas.

**Art. 29.** A Diretoria de Habitação Popular realizará o cadastramento das entidades mencionadas no art. 20 e convocará a Plenária Aberta para a primeira constituição do Conselho Municipal de Habitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da regulamentação desta Lei.

### CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

**Art. 30.** Fica instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que dará suporte financeiro à Política Municipal de Habitação de Interesse Social voltada para o atendimento da população de baixa renda.

**Art. 31.** O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será destinado a financiar e implementar programas e projetos habitacionais de interesse social, considerando-se como tais aqueles que atendam:

- I - à população em precárias condições de habitação, residente em áreas de risco, favelas e habitações coletivas;
- II - à população residente em áreas irregulares;
- III - à população que tenha renda familiar igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos.

**Art. 32.** Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, serão aplicados em:

- I - construção ou recuperação de unidades habitacionais;
- II - urbanização de lotes;
- III - aquisição de imóveis destinados a programas habitacionais de interesse social;
- IV - melhoria das condições de moradia de habitações;
- V - regularização fundiária;
- VI - Bolsa Moradia - aluguel temporário;
- VII - serviços de assistência técnica e jurídica aos mencionados nos incisos do artigo anterior;
- VIII - apoio técnico e material aos citados no artigo anterior.

**Art. 33.** A Secretaria Municipal de Políticas Sociais, através da Diretoria de Habitação Popular, é o órgão público encarregado da elaboração e execução da Política Habitacional de Interesse Social do Município, sendo responsável pela gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social- FMHIS.

**Art. 34.** As políticas de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão formuladas em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação, a quem caberá, dentre outras atribuições definidas em Lei:

## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

### PROCURADORIA GERAL

I - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

II - aprovar a liberação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

III - aprovar normas e valores de remuneração dos diversos agentes envolvidos na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Parágrafo Único.** Nos termos do inciso IV, a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, através da Diretoria de Habitação Popular, elaborará balanço anual da movimentação dos recursos do Fundo, submetendo-o à apreciação do Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 35.** São receitas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

I - dotações consignadas, anualmente, no orçamento municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados;

II - dotações federais ou estaduais, não-reembolsáveis, a ele especificamente destinadas;

III - financiamentos concedidos ao Município por organismos estaduais, federais, internacionais ou privados para aplicação em programas e projetos, conforme disposto nos artigos 2º e 3º desta Lei;

IV - contribuições e dotações de pessoas físicas ou jurídicas, estrangeiras ou nacionais;

V - recursos provenientes da venda de editais de concorrência para execução de obras a serem realizadas com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

VI - recursos provenientes da transferência do direito de construir em áreas públicas destinadas a programas habitacionais;

VII - recursos provenientes do recebimento de prestações e retornos oriundos das aplicações do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social em financiamentos de programas habitacionais;

VIII - produto da aplicação de seus recursos financeiros;

IX - outras receitas.

**§ 1º** As despesas correntes, necessárias à administração do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com pessoal, material de consumo e outros, não poderão ser realizadas com recurso do mesmo, devendo estar vinculadas ao orçamento do órgão da administração pública municipal que o gerência.

**§ 2º** As normas relativas à operacionalização de financiamentos à população, operados a partir do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, incluindo a administração dos recursos provenientes do recebimento de prestações, definidos no inciso VII, serão estabelecidas em decreto próprio.

**Art. 36.** Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, movimentados sob fiscalização do Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 37.** O orçamento anual do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social observará o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, evidenciando as políticas municipais na área de habitação.

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**  
**PROCURADORIA GERAL**

**Parágrafo Único.** O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social integrará o orçamento do Município, observando-se, em sua elaboração, execução e avaliação, as normas de controle interno deste.

**Art. 38.** As despesas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão constituídas por financiamento total ou parcial de programas e projetos habitacionais de interesse social desenvolvidos pelo órgão da administração municipal gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social ou por instituições com ele conveniadas.

**Art. 39.** Fica o Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento, para cobrir despesas pertinentes ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 40.** Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, será regulamentado, mediante decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Art. 41.** Fica o Município autorizado, a partir da regulamentação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e do Conselho Municipal de Habitação, a repassar recursos humanos, financeiros, materiais, móveis e imóveis, considerados necessários para a implantação e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Art. 42.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.004 de 02 de janeiro de 1992.

**Art. 42.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros(MG), 16 de julho de 2.008.

**Athos Avelino Pereira**  
**Prefeito Municipal**





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

Montes Claros (MG), 22 de novembro de 2010.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 366 /2010

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que altera a Lei nº 3.995, de 16 de julho de 2008.

O presente Projeto de Lei visa adequar a Lei Municipal nº 3.995 às exigências da Lei 11.124/2005.

Em razão da urgente necessidade de realizar a alteração da referida Lei, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal

